

Censos demográficos: resultados e desafios no seu uso para análise do urbano

Population censuses: results and challenges regarding their use in the analysis of the urban

O presente dossiê reúne textos que, articulados, mostram as possibilidades que os censos demográficos apresentam para a pesquisa urbana. O censo é o único instrumento que coleta informações sobre municípios de todo o País e com periodicidade conhecida, em geral decenal. Possibilita assim análises tanto pontuais como comparativas, no tempo e entre lugares. Historicamente, os censos têm sido a principal fonte de dados para a pesquisa urbana, tanto no Brasil como em outros países. Eles apontam as transformações da estrutura regional e urbana, descrevem os atributos populacionais e de moradia, vetores da redistribuição populacional da população, crescimentos dos municípios, etc. Nos últimos censos as favelas e comunidades urbanas foram também objeto de investigação.

Censos foram realizados também em muitos impérios da Idade Antiga, como o Babilônico, o Persa, o Egípcio e o Romano. No livro do Êxodo, Deus ordena a Moisés que conte o número de homens com mais de 20 anos nas doze tribos de Israel para definir a parcela de oferendas que deve caber a cada uma delas. O resultado do levantamento deu origem ao texto de outro livro do Pentateuco, chamado apropriadamente Números. E, embora existam contradições históricas nos relatos de Lucas e Mateus, seus evangelhos apontam que foi devido à realização de um censo que José e Maria tiveram que se dirigir a Belém, onde nasceu Jesus (Carazza, 2021).

Os romanos, por exemplo, realizavam censos em todo o império a cada cinco anos. Não incluíam todas as pessoas, concentravam-se em certas categorias, como chefes de família, homens em idade militar, etc. A palavra é de origem latina, significando aferir, estimar. O censo moderno passou a ser realizado por Estados Nacionais na Europa e América do Norte a partir do século XVII, inicialmente na Suécia (Levy, 1980, pp. 86-102).

O primeiro censo populacional no Brasil foi realizado em 1872, durante o Segundo Reinado, a pedido de D. Pedro II. Antes houve tentativas precárias para descobrir quantos europeus, nativos e escravizados havia no nosso vasto território desde o período colonial. Durante a Guerra do Paraguai, iniciada em dezembro de 1864, o Exército Brasileiro ressentiu-se da carência de informações estatísticas e cartográficas para a elaboração de estratégias militares (Carazza, 2021).

Finda a guerra, em 1870, uma das primeiras providências de D. Pedro II foi determinar a realização do primeiro censo moderno do País. Apesar das enormes dificuldades operacionais da época, o censo de 1872 concluiu pela existência de 10.112.061 habitantes, classificados por nacionalidade, sexo, ocupação, raça, estado civil e se eram livres ou escravizados.

Após a Proclamação da República, em 1889, mesmo com a inspiração positivista inscrita na bandeira, nossa história estatística foi bem irregular. O próximo censo foi realizado apenas em 1890, após o fim da escravidão. Esses censos em 1872, 1890 e 1900 compreenderam apenas o censo populacional. O recenseamento de 1920 abrangeu também os censos da Agricultura e da Indústria. Foi somente a partir de 1940 que o Brasil se adequou ao padrão mundial de realizar uma apuração demográfica universal de sua população com regularidade a cada década, nos anos terminados em zero. A estabilidade e qualidade da nossa base estatística deve-se à instalação, em 1936, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado com a colaboração do demógrafo italiano Giorgio Mortara. Os censos brasileiros realizaram-se com periodicidade regular (1950, 1960, 1970, 1980) até a década de 90, quando foi feito em 1991. A periodicidade voltou ao padrão, em 2000 e 2010, mas este foi novamente rompido e o Censo previsto para 2020 só foi operacionalizado em 2022 e seus resultados têm sido publicados com atraso.

Nesta apresentação, os textos foram agrupados em artigos mais gerais sobre o País como um todo; artigos que problematizam a forma de coleta dos censos; artigos que mostram possibilidades novas de análise dos dados censitários; e, por fim, mas não menos importantes, artigos que utilizam dados censitários para análise específicas, tanto de variáveis definidas como de locais escolhidos.

Durante o século XX, a industrialização induziu a uma urbanização com grande concentração em metrópoles, *locus* de poder econômico, cultural e simbólico. Já nos anos 2000, a reprimarização da economia brasileira faz surgir novos territórios de poder, já não em metrópoles, que veem sua população até diminuir (como em Salvador). Neste dossiê, dois textos mais gerais focalizam um novo cenário brasileiro: o de Rosa Moura, *Evidências da metropolização brasileira captadas no Censo 2022*, e o de João Victor Rocha de Queiroz, Jordana Cristina de Jesus e Ricardo Ojima, *A transição demográfica no Brasil e o fundo de participação dos municípios*.

O primeiro texto, de Rosa Moura, utilizando dados censitários de 2022, mostra que houve redução nas taxas de crescimento das metrópoles, com alguns casos inclusive com perdas populacionais. Mas, como ela salienta, mesmo taxas mais reduzidas, em grandes bases populacionais como as metropolitanas, resultam em acréscimo de população significativo. E, como apontaria Lefebvre (1991), percebe-se um padrão de expansão e implosão, com adensamentos dos polos metropolitanos e municípios periféricos imediatos e o crescimento alcançando áreas cada vez mais distantes. Exemplifica-se com a Macrometrópole de São Paulo, que aglutina concentrações metropolitanas e não metropolitanas. Assim, observam-se polos com taxas menores e mais densos, população se espalhando pela periferia desses polos, crescimento de cidades intermediárias. Trata-se de uma mudança no padrão anterior, em que o grande crescimento foi metropolitano (Abdal et al., 2019; Carvalho, 2006; Freitas-Firkowski e Baliski, 2018).

O outro texto, de João Victor Rocha de Queiroz, Jordana Cristina de Jesus e Ricardo Ojima, coloca outra variável a enfatizar no cenário demográfico: as mudanças na estrutura etária dos municípios. Estudos sobre transição demográfica tratam do processo histórico em que uma população jovem com altas taxas de fecundidade e de mortalidade se transforma numa população envelhecida,

com baixas taxas de fecundidade e mortalidade. Esse processo se dá em quatro fases distintas: a primeira, com ambas as taxas em nível elevado, implicando uma estagnação do crescimento populacional; a segunda, com crescimento acentuado da população, dado que a mortalidade declina enquanto a fecundidade permanece alta; a terceira, em que a mortalidade diminui, assim como a fecundidade, desacelerando o ritmo de crescimento; e, por fim, a quarta, em que fecundidade e mortalidade tornam a se estabilizar, em patamar mais baixo, resultando novamente num lento ou nulo crescimento demográfico (Alves, 2022).

As distintas regiões do Brasil encontram-se em diferentes momentos da transição demográfica: Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam fortes indicadores de redução de fecundidade e mortalidade, enquanto Norte e Nordeste ainda mantêm altas taxas de fecundidade e mortalidade infantil (Wong e Carvalho, 2006). Populações compostas por crianças e idosos são dependentes financeiramente da população em idade ativa. O envelhecimento, sobretudo, associa-se a uma maior demanda dos serviços de saúde e a uma sobrecarga para o sistema previdenciário. O artigo associa, de forma inédita, a variação da estrutura etária dos municípios com o Fundo de Participação, mostrando que o decrescimento e o envelhecimento populacional demandam novos critérios de distribuição desse Fundo, além do mero volume da população municipal. O texto chama a atenção para que, apesar do avanço da transição demográfica, ela não foi colocada na agenda de pesquisa e do poder público no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Municípios onde o tamanho da população é o único critério para a distribuição do FPM já estão sendo afetados, e no futuro o serão em maior intensidade, mostrando uma razão de dependência idosa cada vez mais marcante. Afinal, para o Brasil como um todo, em 2022, o Censo Demográfico já demonstrou um percentual de idosos de quase 11% da população brasileira, num total de mais de 22 milhões de pessoas. Segundo os autores, o poder público deveria iniciar um movimento de reestruturação da administração capaz de minimizar os efeitos da transição demográfica, com a utilização de indicadores que representem a estrutura etária municipal. Exemplificam com o uso da razão de dependência. Concluem afirmando que a utilização de indicadores que representem a estrutura etária seria uma solução viável para incorporar mudanças estruturais que a transição demográfica demanda, que conduziriam a uma mudança nos critérios de distribuição do FPM.

Entre os diversos artigos do dossiê, um problematiza a forma de coleta dos dados do Censo: o texto de Andreza Garcia de Gouveia, Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto e Rosa Maria Formiga-Johnsson, *Universalização do acesso à água tratada: desafios dos dados censitários como informação*. Nesse texto, as autoras indicam que a Lei Federal n. 14.026/20 estabeleceu como meta a universalização de água a todos os brasileiros até 2030. As informações do Censo Demográfico são essenciais para o planejamento de políticas públicas, pois fornecem dados comparáveis para todos os domicílios brasileiros. A partir de pesquisa documental e de entrevistas de campo, evidenciou-se que, apesar dos avanços sobre as formas de abastecimento domiciliar, os dados censitários ainda são insuficientes para caracterizar adequadamente o acesso à água.

Segundo o último censo de 2022, o Brasil conta com uma população de 203.080.756 habitantes, 87,4% residindo em espaço urbano. Do total, 82,89% são abastecidos por rede pública (urbanos e rurais). A primeira seção do texto teve a finalidade de caracterizar a progressão dos levantamentos estatísticos sobre abastecimento domiciliar de água, enquanto a segunda, mediante investigação de campo, buscou verificar se os novos atributos usados pelo Censo 2022 foram

suficientes para descrever os arranjos existentes no acesso domiciliar à água nas diversas escalas e grupos sociais brasileiros. O artigo é dividido em cinco seções, sendo que as duas primeiras fazem uma breve revisão sobre o direito à água e saneamento, a terceira apresenta a investigação documental sobre os atributos usados pelo IBGE em seus censos e a quarta descreve a pesquisa de campo feita com o propósito de aferir os atributos dos dados coletados do Censo de 2022 para descrever as diversas realidades de acesso à água em municípios da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Por fim, a quinta seção levanta discussões e apontamentos para futuros censos no quesito acesso à água. As autoras apresentam um quadro sobre os quesitos utilizados pelo IBGE de 1960 a 2022 para o levantamento das condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário domiciliar, desde 1960 a 2022, mostrando as variáveis usadas pelos diversos censos. Desde 1960 até 2000, os dados estatísticos sobre água eram compostos por três quesitos (rede geral, poço ou nascente e outra forma). Desde 1970, o censo introduziu também as condições de abastecimentos, ou seja, por meio de canalização (com canalização, canalização só no terreno ou sem canalização). Em 2010, distingue-se poço ou nascente dentro ou fora da propriedade. As distintas formas de armazenamento de água de chuva e rios, açudes, lagos e igarapés ganharam *status* individual. Em 2022, o IBGE avançou na caracterização das formas de acesso domiciliar à água, verificando também a existência e o tipo de canalização, rede pública, poço profundo ou artesiano, poço raso, freáticos ou cacimba, fonte, nascente ou mina, água de chuva, carro-pipa, rios, açudes, lagos, igarapés e outra forma. Introduziu a diferença entre poço profundo (a 20 m) e raso (profundidades inferiores a 30 metros e mais sujeitos a variações de quantidade de água e vulneráveis à contaminação), dados que são duas formas com consequência para a saúde bem distintas.

O artigo investiga se os dados coletados pelo IBGE no Censo de 2022 são suficientes para retratar as diversas realidades de acesso à água existentes nos domicílios brasileiros. Para isso, foi realizada uma pesquisa em dois setores censitários nos municípios da RMRJ, São Gonçalo e Maricá, selecionando um setor censitário em cada um deles.

A pesquisa de campo verificou a forma de acesso à água (rede pública e formas alternativas, verificando a existência de formas mistas – por exemplo, poço e água cedida, entre outras) e frequência no abastecimento de água (uma, duas ou três vezes por semana), e se a água era suficiente. A partir dos resultados, notou-se que os arranjos podem ser múltiplos e complexos, obrigando os domicílios a lançarem mão de formas combinadas de acesso à água, mesmo quando servidos por rede pública. Assim, o quesito do IBGE que identifica domicílios ligados à rede pública, usado com referência única de planejamento, pode mascarar intermitências e desabastecimentos sistêmicos por serviços de água ineficientes. As autoras terminam o artigo comentando que corporações que visam apenas ao ganho financeiro podem não priorizar o acesso à água tratada, e situações de acesso precário tendem a ser mascaradas pelo uso único do indicador de acesso à ligação da rede.

Outro texto que explora os desafios do uso de dados censitários e como ele pode ocultar disparidades sociais e espaciais é o de Gustavo Henrique Campos de Faria, *Dados agregados, realidades ocultas: desafios na análise de ambientes obesogênicos*. Usando um modelo computacional no ArcGIS, o estudo investiga a obesogenicidade em um bairro em Belo Horizonte, demonstrando como técnicas geoespaciais podem revelar padrões encobertos pela estatística convencional. Os resultados apontam a necessidade de abordagens mais detalhada se a pesquisa foi realizada para compreender as dinâmicas urbanas relacionadas à saúde pública.

No artigo, o autor enfatiza a relação entre ambiente construído e saúde pública, destacando a influência da estrutura urbana na mobilidade, acessibilidade e qualidade de vida. Na pesquisa que originou o artigo, analisa ambientes urbanos que influenciam hábitos alimentares e atividade física. Ambientes obesogênicos são caracterizados pelo acesso limitado a alimentos saudáveis, ampla oferta de processados e ultraprocessados e precarização dos espaços públicos que deveriam promover uma vida ativa. Seu texto investiga o impacto da agregação de dados censitários na análise de ambientes obesogênicos, avaliando como diferentes escalas influenciam a identificação de padrões espaciais associados à obesidade. A pesquisa desenvolve um modelo computacional num Sistema de Informação Geográfica (SIG) para quantificar o potencial de uma localidade em favorecer condições associadas à obesidade. Esse índice serviria de ferramenta para identificar áreas de risco e aprimorar políticas de saúde. Foi desenvolvido um modelo computacional em um Sistema de Informações Geográficas e a pesquisa realizada no bairro de Santa Tereza, Rio de Janeiro. O modelo baseou-se na teoria de sintaxe espacial e na técnica de Road Centre Lines (RCL). A metodologia adotada investiga a relação entre a centralidade por atração das edificações e as escolhas alimentares, mostrando como a oferta de alimentos contribui para a formação de ambientes obesogênicos. As variáveis incorporadas ao modelo foram: densidade populacional, renda média, nível educacional dos residentes, estabelecimentos alimentares, espaços para as atividades físicas e centralidade por alcance dos edifícios. O autor utiliza de forma abundante os trabalhos e conceitos de Hiller e a sintaxe espacial.

Os demais artigos utilizam dados censitários para análises urbanas para pesquisas específicas, descrevendo e analisando fatos urbanos como cortiços, parques urbanos, segregação residencial, migração, déficit habitacional e desigualdades no acesso ao esgotamento sanitário.

O artigo de Ana Gabriela Akaishi e Luiz Kohara, *Os cortiços do centro de São Paulo: uma análise à luz dos dados censitários recentes*, aborda a problemática dos cortiços no centro de São Paulo. A análise, fundamentada nos dados dos Censos de 2010 e 2022, investiga a dinâmica atual dos cortiços existentes, constatando sua permanência nas áreas tradicionalmente encortiçadas, como Brás, Luz, Glicério, Bexiga e Barra Funda. Nota que a atuação do mercado imobiliário residencial no centro, sobretudo a partir de 2013, relaciona-se com a redução de cortiços em regiões onde mais atua, como República, Consolação, Barra Funda e Mooca. O artigo está dividido em duas seções, além da Introdução, onde os autores discutem a definição de cortiço: a primeira seção traz a contextualização sobre a problemática dos cortiços no centro, revê as pesquisas já realizadas e coloca a problemática da invisibilidade e das dificuldades de mensuração do fenômeno. A segunda seção apresenta a análise dos dados do Censo Demográfico de 2022, comparando seus resultados com o de 2010 e com a pesquisa publicada pela Prefeitura em 2022. A análise georreferenciada permite perceber a forte atuação do mercado imobiliário no centro, sobretudo a partir de 2013, com redução da presença de cortiços. Informações dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 fornecem para o número de domicílios do tipo cortiços no município de São Paulo o total de quase 43 mil em 2010 e 31,9 mil em 2022, dos quais 7,8 mil no centro em 2010 e 6,7 mil em 2022. O artigo apresenta também dados da dinâmica imobiliária residencial no centro, constatando-se que, a partir de 2013, a região central tem apresentado inúmeros lançamentos imobiliários: entre 2013 e 2018, a Subprefeitura da Sé é a primeira no ranking de subprefeituras no número de lançamentos do segmento econômico (unidades até R\$350 mil).

O artigo de Fabio de Oliveira Neves e Danilo Leonardo de Paula Rosa, *Parques urbanos e reconfiguração socioespacial: uma leitura a partir dos dados dos censos demográficos*, investiga as alterações territoriais associadas à implantação do Parque do Povo, com base na análise comparativa dos Censos Demográficos de 2010 e 2022. Utilizando cinco indicadores censitários via SIGs, a pesquisa identifica padrões recentes de ocupação urbana, como aumento do padrão construtivo, baixa densidade habitacional e elevada proporção de domicílios desocupados. A partir do comportamento de cada um desses indicadores, calculados com informações dos Censos de 2010 e 2022, procurou compreender como a criação de um parque pode atuar como vetor de valorização do solo e reconfiguração das dinâmicas de ocupação, em cidades de porte médio como Toledo, Paraná. A pesquisa evidenciou que a implantação do parque esteve fortemente associada a um processo de urbanização seletiva e valorização do preço da terra. Identificaram-se padrões de ocupação de baixa densidade, elevação no padrão construtivo, imóveis vagos e um perfil populacional com níveis de escolaridade superiores à média urbana do município. O artigo chama a atenção para a implantação de parques urbanos, que podem adquirir funções que extrapolam a esfera ambiental e recreativa, conseguindo valorizar o entorno e moldar expectativas de valorização.

O texto de Victor Borrás Ramos, *Segregación residencial de clase em Montevideo: una aproximación da partir de datos censales*, estuda a segregação residencial por classe na capital uruguaia utilizando dados censitários de 1996 e 2011. Identifica classe social a partir de duas variáveis: tipo de ocupação e categoria ocupacional. Para mensurar a segregação, o artigo utiliza o índice de Moran. A chamada classe média alta localiza-se na costa sul e sudeste metropolitano, enquanto a classe trabalhadora se concentra em zonas periféricas e eixos metropolitanos não costeiros. Esse padrão já era verificado em 1996 e foi reafirmado em 2011. Entre essas duas datas, a segregação da classe trabalhadora aumentou. Utiliza o esquema de classe desenvolvido por Torrado (1992), em que categorias ocupacionais foram reunidas num esquema de classes. Assim, diretores de empresa, profissionais liberais e pequenos proprietários constituem a chamada classe média alta; técnicos e assemelhados, trabalhadores autônomos e empregados administrativos e de venda formam a classe média; e trabalhadores qualificados e não qualificados são a classe trabalhadora. Na distribuição percentual de classe, nota-se que entre 1996 e 2011 houve sensível redução da classe média. Embora no contexto regional Montevideo seja descrita como um conjunto urbano relativamente homogêneo, com desigualdade moderada (Sabatini, Cáceres e Cerdá, 2001), a metrópole está longe de ser igualitária, sendo marcada por nítida diferenciação espacial, expressa em estrutura urbana segregada.

O artigo de Ana Paula Vasconcelos Gonçalves e Julia Celia Mercedes Strauch, *Segregação racial em Belo Horizonte: o que mudou em mais de uma década?*, analisa as dinâmicas espaciais da segregação residencial em Belo Horizonte entre 2010 e 2022, utilizando dados dos Censos Demográficos. Desenvolve três índices de segregação: Índice de Segregação (ISS), Índice de Concentração Absoluta (ACO) e Índice de Agrupamento Absoluto (ALC). Os resultados indicam que a população negra se localiza em locais mais afastados do centro e mais concentrados nas franjas urbanas. O Índice de Segregação mensura a proporção de população que teria que se mudar para que a concentração populacional ficasse homogênea. O Índice de Concentração Absoluta (ACO) compara o máximo e o mínimo das áreas que podem ser habitadas por um grupo com a área total ocupada por este. E o Índice de Agrupamento Absoluto (ACL) indica o número médio de membros em áreas próximas em relação à população total dessas áreas e o seu cálculo leva em consideração

a matriz de vizinhança. Em 2022, a proporção de pessoas brancas em Belo Horizonte foi de 43,7% – diminuição em relação a 2010, quando foi 46,6%, enquanto a proporção de negros (pretos e pardos) foi de 56,1%, e em 2010 era de 52,2%. O trabalho apresenta mapas detalhados da proporção de pessoas brancas e negras nos bairros de Belo Horizonte em 2010 e 2022. O estudo dos três índices mostrou que o aumento da população negra impactou a organização espacial da cidade. Mas não é possível afirmar, por enquanto, se as mudanças populacionais relacionadas com cor/raça ocorrem por causa da reclassificação racial, migração ou outros fatores. O que se percebe é que as regionais situadas nos limites do município, áreas de expansão mais recente, têm maior presença de negros. Os brancos estão mais concentrados na região Centro-Sul e em Pampulha. Mas deve ser enfatizado que o número de bairros com alta proporção de pessoas brancas diminuiu. Observando os indicadores escolhidos para análise, o IS (Índice de Segregação) continua relativamente baixo, dado que, tanto em 2010 como em 2022, o percentual de pessoas negras ou brancas que deveriam se mudar para que o bairro ficasse homogêneo variou entre 31% e 33%. A concentração de pessoas negras ou brancas (ACO) é elevada, com valor mínimo de 0,45 para os negros e 0,55 para brancos em 2010. O índice varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior segregação. A população branca vive de forma menos concentrada que a negra. E, em relação à vizinhança, a proporção de negros é maior em bairros onde os vizinhos têm características semelhantes.

O texto de Thiago Machado Lage Moreira, *Migração e estrutura populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 1991-2010*, analisa as implicações das migrações sobre a estrutura populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 1991 e 2020. Através de informações dos censos demográficos de 2000 e 2010, estimaram-se as migrações dos municípios dessa região metropolitana e se fez uma breve explanação sobre o que sugerem os dados disponíveis para 2022. Foram feitas representações e análises das estruturas populacionais de 1991, 2000, 2010 e 2022. Segundo o autor, na RMBH houve continuidade das tendências observadas desde 2000, com queda da fecundidade e maior longevidade, evidente no aumento ininterrupto do grupo etário de 8 anos e mais. Na RMBH, apenas metade de seus municípios tiveram crescimento médio maior que o Brasil como um todo (0,52% entre 2010 e 2022) e todos seus municípios registraram taxas médias de crescimento populacional inferiores às da década anterior. Em relação às migrações, espera-se que sejam menos intensas, até pela tendência à execução de tarefas de forma remota.

O artigo seguinte, de Priscila Kauana Barelli Forcel, Elza Luli Miyasaka e Tiago Augusto da Cunha, *Déficit habitacional e microdados censitários: fluxo metodológico, desafios e perspectivas*, discute o fluxo metodológico do cálculo do déficit habitacional a partir dos microdados do Censo Demográfico com base na metodologia da Fundação João Pinheiro. O artigo apresenta a evolução histórica da metodologia e sua aplicação no *software* SPSS, com base nos microdados do Censo de 2010, e discute a possibilidade de replicar a metodologia da FJP com a liberação dos microdados do Censo de 2022. Além disso, discute os avanços e os desafios na aplicação da metodologia nas áreas de ponderação com os microdados de 2022, especialmente diante da ausência de variáveis que dialoguem diretamente com os critérios que têm definido o déficit habitacional, como, por exemplo, o valor do aluguel e o adensamento excessivo em domicílios alugados no Censo de 2022. A ausência dessas variáveis dificulta a reprodutibilidade dos critérios da FJP e compromete a comparabilidade histórica da série.

O último texto, de Michel Misse Filho, *Desigualdades raciais no acesso a esgotamento sanitário em regiões metropolitanas brasileiras*, observa que, apesar da evolução no esgotamento sanitário entre 2000 e 2022, padrões diferentes encontram-se nas distintas regiões metropolitanas e, dentro do tecido urbano de cada uma delas, notáveis diferenças na distribuição racial e na qualidade da infraestrutura sanitária. Em 2010, cerca de 18,2% da população nos setores censitários metropolitanos possuía esgoto a céu aberto. E, nos setores com esgoto a céu aberto, 64% da população era composta por negros e indígenas. Para 2022, o autor mostra, num gráfico, os setores censitários por região metropolitana que não apresentam nem rede, nem fossa séptica, por percentual de população não branca no setor. O autor identifica a composição racial das localidades com esgoto a céu aberto, mostrando que são prioritariamente negras e indígenas.

Na sequência, este dossiê apresenta um conjunto de textos sobre temas variados das metrópoles contemporâneas, contemplando distintos aspectos dos estudos urbanos.

Inaugura essa seção o artigo *Planejamento insurgente e ação coletiva: o caso do Poço da Draga em Fortaleza*, de autoria de Amanda Máximo Alexandrino Nogueira e Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas. Esse artigo analisa as práticas insurgentes construídas por moradores da comunidade Poço da Draga, na capital cearense, em um contexto de disputas pelo poder de decisão na comunidade. As autoras apontam a atuação de mecanismos institucionais, implementados por órgãos de planejamento do Estado, na satisfação de interesses privados e não coletivos na região. A abordagem etnográfica do artigo, desenvolvida a partir de instrumentos como observação, participação e cartografias sociais, convida-nos a refletir sobre a produção do espaço em um contexto socioterritorial marcado pelo confronto entre o poder público e a mobilização dos moradores. As conclusões do artigo apontam que, não obstante os entraves institucionais e burocráticos impostos pelo Estado, a mobilização popular e a ação coletiva podem, concretamente, construir práticas democráticas de produção do bem comum urbano.

O segundo artigo intitula-se *Agroecologia e ambientalização de lutas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. As autoras, Annelise Caetano Fraga Fernandez, Silvia Regina Nunes Baptista e Caren Freitas de Lima, partem da constatação da concentração dos conflitos urbanos fluminenses especificamente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro para analisar a atuação dos movimentos de agroecologia na ambientalização das lutas sociais relacionadas à disputa territorial e pela terra, as quais apontam, segundo as autoras, para novas formas de produção do espaço urbano e novas dimensões de acesso e conquista do direito à cidade. Constitui contribuição importante do artigo a discussão sobre os sistemas agroalimentares, o que permite não apenas compreender o potencial de articulação dos distintos atores sociais envolvidos nessas disputas como também o quanto os processos socioambientais devem ser analisados de forma sistêmica, abrangente. Essa contribuição é produto claro da metodologia do estudo, que contempla não apenas investigação bibliográfica como também pesquisa de campo, por meio de observação participante nos territórios agrícolas analisados.

Na sequência, o artigo *Gestão comunitária da terra como resistência às milícias no Rio de Janeiro*, de autoria de Utanaan Reis Barbosa Filho e Felipe Litsek, analisa o avanço das milícias em contexto urbano-imobiliário na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Constitui aspecto particularmente importante do artigo a realização de uma interpretação histórica da evolução das milícias na região, permitindo-nos compreender as causas e as condições da situação vivenciada atualmente na cidade. O estudo acurado desse processo evidencia não apenas a existência de uma

complexa relação entre os grupos criminosos e o mercado habitacional, sobretudo em territórios populares e em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, como também a importância da mobilização social como mecanismo de contenção desse domínio. Especificamente este último ponto motiva os autores a analisar práticas habitacionais alternativas, mediadas pela gestão comunitária da terra, como o cooperativismo habitacional, a autogestão e o Termo Territorial Coletivo. Nesse sentido, o artigo nos instiga a pensar propostas de organização social como estratégia de enfrentamento da atuação das milícias, compreendendo de forma precisa os potenciais e os limites existentes nesse processo.

O quarto artigo dessa seção convida-nos a analisar a disputa espacial, suas regras e lógicas particulares, no mercado do sexo nas ruas de Montevideú. Intitulado *Sexo en las calles de Montevideo: espacios disputados, reglas e ilegalismos*, o artigo de Martín Boy analisa as tensões existentes entre moradores e moradoras do bairro, funcionários públicos e pessoas trans trabalhadoras do sexo e suas repercussões do ponto de vista da produção social do espaço urbano. Essas tensões originam-se do fato de que, não obstante a oferta pública de sexo seja legal no Uruguai desde 2002, as normas e as obrigações estabelecidas em lei não são cumpridas, motivando um grupo de moradores e moradoras dos bairros de Larrañaga e Jacinto Vera, na capital uruguaia, a expulsar pessoas trans de “suas” calçadas. O olhar sensível e cuidadoso do autor, que desenvolve um trabalho de campo de larga data na região, permite a compreensão de como as falhas jurídicas criam lacunas nas quais a violência de gênero irá se reproduzir, produzindo, com isso, um conjunto complexo e específico de práticas sociais especializadas, definidas como “ilegalismo”.

A seguir, os leitores deste número da *Cadernos Metrópole* poderão compreender mais profundamente o processo de vigilância e de controle territorial exercido por forças policiais na cidade do Rio de Janeiro no período entre 2001 e 2021, por meio do artigo *Governando pelo fracasso: militarização e policialização no Rio de Janeiro*, da autora Clara Polycarpo. A análise histórica permite um olhar crítico a respeito dos programas de segurança implementados, seus fracassos e a mobilização para a implementação de uma nova agenda de parcerias voltadas à vigilância e ao controle territorial. A reflexão teórica se dá a partir da análise dos dispositivos e de redes de política, que permite à autora identificar e categorizar as sociabilidades desenvolvidas no processo de militarização e de policialização do espaço urbano na capital fluminense. Emerge da análise a centralidade da “sociabilidade gerencial-policial” como mecanismo de gestão da crise permanente de segurança pública na cidade.

O penúltimo artigo intitula-se *No espaço entre a lei e sua aplicação: ocupações ameaçadas de remoção*. Nele, o autor, Eduardo Abramowicz Santos, debruça-se sobre como os processos judiciais de remoção de moradores de ocupação promovem mudanças nas dinâmicas dos espaços urbanos. São analisadas especificamente duas ocupações urbanas, uma situada no bairro do Brás, na região central da cidade de São Paulo, e outra no bairro da Vila Andrade, na região sul da capital paulista. Abordam-se a formação dessas ocupações e como elas têm implementado estratégias sociais, jurídicas e políticas voltadas a enfrentar as ameaças, históricas e persistentes, de remoção. Essa análise motiva o autor a refletir sobre os contornos específicos do formal e do informal, do lícito e do ilícito em cada uma dessas ocupações, e como esses contornos condicionam as sociabilidades e a própria forma com que os moradores atuam. O artigo inspira-nos a refletir criticamente sobre a atuação do Poder Judiciário no contexto da disputa pelo espaço urbano e pelo direito à cidade.

Por fim, encerra essa importante seção deste volume o artigo *Organizações criminosas na urbanização periférica: hipóteses a partir de três metrópoles brasileiras*, de autoria de Thiago Canettieri e Priscila Coli. O artigo realiza uma importante e profunda análise da literatura sobre violência e criminalidade em contexto urbano, destacando suas contribuições e também apontando o quanto essas análises negligenciaram a atuação específica das organizações criminosas no processo de urbanização. Desse modo, teoriza-se sobre a relação entre a urbanização periférica e a atuação de grupos criminosos, dialogando, com isso, com alguns dos textos anteriores dessa seção, a partir sobretudo de três contextos metropolitanos: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Para além das especificidades identificadas em cada uma dessas cidades, a reflexão teórica permite-nos compreender também as dinâmicas mais gerais e estruturais da relação entre crime e urbanização, motivando-nos a pensar de forma mais acurada sobre como o crime atua na expansão urbana, no mercado imobiliário, na regularização fundiária e, inclusive, nos processos de remoções.

Articuladas, as duas seções deste volume da *Cadernos Metrópole* atualizam a agenda de pesquisa sobre as cidades contemporâneas no Brasil, permitindo-nos compreender mais a fundo as dinâmicas sociais, demográficas e políticas envolvidas na produção do espaço urbano, no direito à cidade e nas metrópoles que emergem das disputas em curso.

Suzana Pasternak [I]
Luís Felipe Aires Magalhães [II]
Organizadores

[I] <https://orcid.org/0000-0002-6605-0022>

Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, SP/Brasil.
suzanapasternak@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0002-5839-786X>

Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó'. Campinas, SP/Brasil.
lufearies@gmail.com

Referências

- ABDAL, A.; MACEDO, C. L. F.; ROSSINI, G. A. A.; GASPAR, R. (2019). Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 145-168.
- ALVES, J. E. D. (2022). *A polêmica Malthus versus Condorcet à luz da transição demográfica*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
- CARAZZA, B. (2021). Certo perdeste o senso. *Revista Piauí*, n. 177, pp. 32-41.
- CARVALHO, I. M. M. de (2006). Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. *Revista EURE*. Santiago do Chile, v. XXXII, n. 95, pp. 5-20.
- FREITAS-FIRKOWSKI, O. L.; BALISKI, P. (2018). Os sentidos da metrópole: balanço conceitual com base nos artigos publicados nos Cadernos Metrópole. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 625-647.
- LEVY, M. S. (1980). "Natureza e fonte de dados demográficos". In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSANYI, T. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDÁ, J. (2001). Segregación residencial de las principales ciudades chilenas. Tendencias de las tres últimas décadas y posible acción en curso. *Revista EURE*, Santiago, v. 27, n. 82, pp. 21-42.
- TORRADO, S. (1992). *Estructura social de la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor.
- WONG, L. L.; CARVALHO, J. A. (2006). O rápido processo de envelhecimento populacional no Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 23, pp. 5-26.

Editores: Lucia Bógus e Luiz César de Queiroz Ribeiro
Organizadores deste número: Suzana Pasternak and Luís Felipe Aires Magalhães

